



**“NÓS ESTAMOS VIVOS, CONHECEDORES,  
SABEDORES DAS NOSSAS HISTÓRIAS,  
DETENTORES DOS NOSSOS  
CONHECIMENTOS E SALVAGUARDAS  
DAS NOSSAS CULTURAS”**

*Entrevista com Tainá Marajoara*

*Por Lina Luz Cavalcante, Alexandre Barbalho e José Roberto Severino.*

1. Como você se apresenta e se identifica neste cenário ou para esse cenário de políticas culturais e cultura alimentar?

Sou Tainá Marajoara, do povo originário Aruã Marajoara, cozinheira e pensadora indígena e autora do conceito de cultura alimentar, que foi dado como base para construção de políticas públicas para cultura alimentar no Brasil, a partir da Moção 094 da 3ª Conferência Nacional de Cultura.

2. Quais caminhos que você percorreu na construção de si mesma como sujeito político atuante na pauta da cultura alimentar?

Eu cresci ouvindo que Marajoara não existia, que a gente era obrigado a conhecer toda a história ocidental e a dita história clássica para ser alguém que soubesse raciocinar, alguém que fosse intelectual. E toda a nossa história, a nossa identidade foi subalternizada, foi escondida, foi subtraída, foi roubada, foi negligenciada e constantemente sofrendo tentativas de apagamento e assassinato sobre nós mesmos. No entanto, eu sou do Pará, onde aqui a gente nasce comida, aqui a gente nasce papa-chibé, e, ao mesmo tempo, a nossa história indígena e a nossa história de cozinha, que é algo extremamente pulsante aqui. Eu venho de um povo também conhecido como nuaruaque, comedor de

farinha, e daí também se passa a usar o termo papa-chibé para cá, para o Pará. Porque os indígenas marajoaras eram os que comiam farinha com tudo e faziam de tudo virar farinha também. E quando começa essa espetacularização da gastronomia amazônica e essa cobiça desesperadora por salvar a floresta para os indicadores, das mineradoras, do agronegócio, da privatização da água, do ar, das pessoas serem colocadas vendidas dentro das propriedades, nesse colonialismo verde, a gastronomia amazônica aparece como uma pauta prioritária de investimento. No entanto, essa pauta prioritária de investimento, ela não é uma pauta de salvaguarda de cultura alimentar. Ela é simplesmente uma pauta gastronômica, e uma pauta gastronômica que era argumentada, como ainda continua sendo, com a sua principal temática que é da espetacularização de tudo. E sempre tratando a cultura alimentar como uma herança. Mas herança deixa quem está morto, e isso a gente sempre falou: nós estamos vivos, conhecedores, sabedores das nossas histórias, detentores dos nossos conhecimentos e salvaguardas das nossas culturas. Então, uma coisa que a gente sempre soube fazer aqui foi cozinhar. E, em 2009, a gente parte para um projeto chamado CATA, Cultura Alimentar Tradicional Amazônica, que era exatamente para se entender o que não se come para poder se comer, aqui, e a partir desse projeto, é formulado então o conceito de cultura alimentar e é pautado no espaço público. E a gente vem descobrir quando vai buscar as políticas de Estado para apoiar o projeto que a gente vinha realizando, a gente descobre que não existia absolutamente nada para a cultura alimentar. Quem era da pasta da cultura dizia que o que a gente estava fazendo era turismo, porque nós estávamos falando de gastronomia regional, e a gente nunca falou de gastronomia regional, a gente sempre falou de cultura alimentar. E o pessoal do turismo dizia: “você não estão falando de gastronomia regional, você estão falando de cultura, você têm que ir na Secretaria de Cultura”. E tratava sempre aquilo que a gente trazia enquanto

cultura como algo subalterno, menor, desprovido de técnica, de conhecimento, de saberes, e sempre como se fosse alguém que expusesse um status social de pobreza e miséria sendo incapaz desse conhecimento, sair do mato, da senzala e chegar à sala de jantar. Então, foi com uma percepção anticolonialista, antirracista e a partir de um levante pelo conhecimento amazônico originário e o nosso protagonismo sobre nós mesmos, porque isso nos é tirado a todo o momento. Principalmente quando nos colocam como tutelados pelos institutos, pelas ONG's socioambientais, onde nós sempre somos tratados como voluntários ou indicadores desses projetos e nós não somos isso, nós somos protagonistas da nossa vida, da nossa história, da nossa floresta. Então, foi a partir daí que foi elaborado o conceito de cultura alimentar e foi colocado no espaço público.

3. As conferências regionais de cultura que aconteceram nos anos de 2012 e 2013, conseguiram firmar a legitimação do conceito de cultura alimentar pelo Governo Federal através da Moção 094/2013 aprovada na Conferência Nacional de Cultura?

Quanto ao papel das conferências regionais de cultura, a gente tem que entender que não foi só esse o percurso. Existe um caminho que foi feito não só das conferências é... municipais, estaduais, mas sim um diálogo intenso que foi a partir do encontro de povos e comunidades tradicionais, a partir do encontro de rede das culturas populares, a partir da conferência de povos e comunidades tradicionais, dos encontros para Metas de Aichi, sobre questão do clima é..., Conferência de Meio Ambiente, então, até chegar na Conferência Nacional de Cultura, houve um percurso muito grande. Por isso que quando chega na Conferência Nacional de Cultura, nós estamos legitimados para fazer o que a gente vinha fazendo. Especialmente porque para nós, povos originários e povos e comunidades tradicionais, era muito bem estabelecido sobre o que a gente estava falando. No entanto, a

resistência e a negação do que a gente trata, que vem do setor da gastronomia, é exatamente por ser um setor patriarcal, extremo, branco, proprietário, que subalterniza e se envergonha de colocar a cultura alimentar, seja ela indígena, seja ela quilombola, seja ela negra e das periferias. Ela não chega nessa mesa, a não ser que ela esteja espetacularizada e passada numa roupa branca engomada, então é como ela chega, e quando a gente fala do papel das conferências, ele é muito importante porque foi... foram momentos de articulação sobre o conceito de cultura alimentar. E além do conceito de cultura alimentar que foi estabelecido ali, houve o entendimento da urgência de se lutar por políticas públicas para a cultura alimentar. E que a gastronomia nunca deu conta da nossa complexidade e ela não dá e não dará conta de quem nós somos.

4. Como foi conquistado o assento para Cultura Alimentar no CNC?  
O assento de cultura alimentar foi conquistado na Conferência Nacional de Cultura, como consequência de todo esse processo que parece que alguém chegou lá e indicou, como tá sendo colocado, mas não, não foi isso. Vem um processo de circulação e de articulação desde 2009. E quando o Ministério da Cultura coloca em 2012, 2013 para consulta pública, as novas cadeiras dos setoriais, e ele traz a cadeira de gastronomia, nós, enquanto coletivos, cozinheiras, pensadores, ativistas, redes e grupos que trabalham com a cultura alimentar muito próximo de nós, daqui do Ponto de Cultura lacitytá, nós entendemos que era a nossa hora de dizer que não caberia o... uma cadeira de gastronomia. Até porque a política para isso seria feita de forma diferente, o protagonismo disso seria outro, então o racismo seria extremamente forte. Todos os processos de exclusão, eles estariam em primeira, em primeira dimensão junto com os processos econômicos, apagando completamente os processos culturais. E uma coisa que nós sempre dissemos, nós nunca fomos contra a gastronomia, mas a gastronomia tem que entender que ela tem o lugar

dela, de comércio, de produção, de racismo, de exclusão, e que ela não é somente a gastronomia ou ecogastronomia ou alta gastronomia, feita de ultra ultraprocessados como ela se apresenta. Nós que somos da cultura alimentar, nós sabemos quem nós somos e nós partimos de uma natureza diferente, de produção, de ofício, de preparo.... temos espiritualidade, temos territorialidade e temos ancestralidade, o que uma máquina produtora de bolinho de feijão fradinho não faria uma acarajé. Então, esse foi um dos motes, inclusive, de argumentação de conceito para que a cultura alimentar conseguisse ter o seu assento ao invés de ser um assento de gastronomia.

5. Pode nos relatar sua atuação como conselheira no Conselho Nacional de Política Cultural?

Quanto à nossa atuação como conselheira nacional no Conselho Nacional de Política Cultural, enfim empossada conselheira nacional de cultura, o Conselho foi destituído pelo Temer, de forma imediata. A única reunião que nós tivemos, que foi a reunião seguida da posse, foi a reunião que foi derrubado o aumento do gabarito do... dos prédios, que culminou naquela prisão do Geddel e na queda do então ministro Marcelo Calero. No entanto, antes de ter sido empossada quanto conselheira nacional de política cultural, nós tivemos um trabalho árduo muito grande junto ao colegiado de patrimônio cultural imaterial. Entre eles, contra a criminalização dos processos artesanais, enquanto convidada especial do setorial de patrimônio imaterial, nós atuamos fortemente contra a criminalização do queijo, contra a criminalização dos embutidos, contra as apreensões de produtos artesanais. Além disso, por novos critérios para identificar o que são esses produtos, fizemos várias conversas com SEBRAE sobre a questão das indicações geográficas devido a essas indicações sempre... sempre serem amplas e não considerarem processos culturais. Além do mais, tivemos uma atuação

fortíssima contra a Lei 13.123, que é... que ficou conhecido como marco regulatório da biopirataria, que a lei se chama o Marco Regulatório da Biodiversidade, que, na verdade, ela viola os direitos de propriedade intelectual e acesso ao patrimônio genético, que é algo que a gente fez uma luta muito grande pela preservação das sementes e pela proteção ao conhecimento tradicional associado, que estava sendo diretamente tomado aí pela indústria de alimentos e pela liberação de transgênicos. Também uma luta muito forte contra a liberação de transgênicos e pela salvaguarda das sementes crioulas sendo reconhecidas como parte do patrimônio cultural imaterial brasileiro. No entanto, como logo em seguida disso veio o golpe, essa questão das sementes ela não avançou. Além... além do que, foram muitas outras, muitas outras incidências, como por exemplo, a cultura alimentar ter sido considerada uma das propostas para mitigação climática, devido ao seu sequestro de carbono, e a preservação dos territórios indígenas quanto as terras pretas de... nas terras pretas indígenas também como sendo processos de tecnologia, de produção de alimentos e de sequestro de carbono, incidência direto nas Metas de Aichi, 5, 13 e salvo engano agora é 22, mas tenho que confirmar isso para ti. E nessas metas a gente coloca a cultura alimentar também, como salvaguarda para proteção do clima, é uma incidência direta à FAO quanto a cultura alimentar e em garantia da soberania alimentar, pois só por meio da cultura alimentar é possível se alcançar soberania alimentar, incidência junto à Lei 13.123, desculpa... incidência junto à Lei 11.346, que é a lei que versa sobre a soberania alimentar, da qual a cultura alimentar ela é indissociável. Além disso, conquista de assentos interministeriais, como por exemplo nas comissões de meio ambiente, nas comissões de participação social, nas comissões de proteção social e de assistência social, assim como no CONSEA nacional, onde a partir da 5ª conferência também foram inclusos como sujeitos e como coletivos a estarem presentes, os coletivos

de cultura alimentar e os pontos de cultura alimentar. Algo que reverbera até hoje quando ... agora em 2023, a gente coloca como proposta da retomada do CONSEA, a ampliação das cadeiras do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, reconhecendo os coletivos e os sujeitos de cultura alimentar para estarem presentes no CONSEA, porque isso não existia. Então, que a gente pode colocar é que a maior contribuição do nosso trabalho, enquanto cultura alimentar, é de dar visibilidade e de garantir a presença e a permanência constante da garantia dos direitos e da luta por esses direitos, sejam eles direitos culturais, ambientais, raciais, da soberania alimentar, dos direitos humanos como um todo também, o quanto que a gente fez e que a gente lutou desde 2009 até agora 2023 para que isso tivesse no escopo das políticas públicas. Então, não é uma luta individual e não é uma luta que começou agora, e muito menos uma luta com apadrinhamento político, porque quando a gente se levanta, mesmo dos nossos lados da trincheira, aqueles que seguram a nossa mão seguem com a gente, mas muitos outros, ainda que se digam quanto aliados, eles estão prontos para te tirar de cena, quando tu te levantas contra o agronegócio, contra a grilagem e contra qualquer coisa que venha dar conflito de interesse.

6. Qual a relevância do CNC e em especial deste assento? Chegaram a construir diretrizes para o tema?

Quanto à relevância desse assento no CNPC, a maior relevância dele foi dar visibilidade para tudo isso e dizer que essa é uma luta justa, uma luta legítima, e que ela existe e que o próprio governo passa a entender isso de modo intersetorial. No entanto, o que a gente construiu foi negado por conta do golpe, foi logo em seguida. Teve a primeira reunião. No dia seguinte, a gente teve... teve a reunião de posse, nós tivemos a reunião de posse no dia que a Dilma caiu, vem o governo Temer e a primeira reunião do governo Temer, o conselho passa a ser inoperante logo em seguida.

7. Qual a presença de quem está na cultura alimentar no processo de construção e aprovação da LAB e também de sua implementação no Brasil ou no Pará? Como ela foi contemplada?

Sobre a presença da cultura alimentar no processo de construção e a aprovação da Lei Aldir Blanc, e também da sua implementação no Brasil, eu, Tainá Marajoara, enquanto liderança de rede e de quem sempre participou ativamente de todos esses diálogos, é... eu tive na linha de frente junto com Alexandre Santini, Pedro Vasconcellos, Célio Turino, Marcelo das Histórias, Fernanda Kaingang, e outros parceiros aí de muitas lutas, estivemos na linha de frente da construção dessas... dessas políticas, tanto da Lei Aldir Blanc quanto da Paulo Gustavo. E o que eu posso dizer que a partir das nossas demandas locais, tem um artigo na Lei Aldir Blanc, que é o artigo que versa sobre a cultura alimentar, ele foi escrito por nós, inclusive o artigo foi escrito por nossas mãos, e da mesma forma como ele foi proposto, ele foi inserido na lei, pela deputada Jandira Feghali e pelos coautores Edmilson Rodrigues e Airton Faleiro. No entanto, aqui no Pará, estado recordista de devastação de benefícios ao agronegócio e que... e que comemora o dia da grilagem, aqui no Pará, foi extremamente desvirtuado quem seria o objeto, né, para receber esse processo da lei né, os contemplados no caso, foi... foi... a gente percebe o nítido desvio de objeto quando estabelecimentos comerciais, festivais de espetinho, bolo de pote e outros processos que não são processos culturais, que trazem a dimensão cultural e identitária, como a sua dimensão prioritária, mas sim que... que trabalham prioritariamente a dimensão econômica e outras dimensões, esses projetos foram beneficiados pelo recurso da Lei Aldir Blanc, e deixou uma série de proponentes de fora, por conta de... do entendimento da... da comissão e que também acredita-se em boicotes políticos, perseguições e outras questões que são relativas ao... aos processos políticos que a gente enfrenta.

8. Qual a relevância do Iacitá ser ponto de cultura?

O ponto de cultura alimentar ele nasce... da... ausência do nosso lugar de existir. Nós não existiríamos enquanto restaurante, nós não existiríamos enquanto lanchonete, nós não existiríamos enquanto bar, enquanto qualquer que seja desses lugares, menos ainda enquanto restaurante regional. Nós somos um ponto de cultura. E a lei cultura viva, que é a lei que define né o que é a política cultura viva, ela é essencial para esse país, que ela mostra o quanto que os pontos de cultura são potencialidades locais, criadoras, regeneradoras, impulsionadoras, de devires, de lutas, de culturas, de maestrias, de conhecimento daquilo que nos faz... que nos faz tecer de mais belo da existência, e a gente faz isso por conta do alimento. No entanto, também quando a lei cultura viva sofre o golpe, a gente precisou parar em certificações, o Iacitá ele não foi um ponto de cultura que recebeu a certificação, porque eu tava na comissão avaliadora dos pontos de cultura. Então, eu fui para comissão e preferi estar na comissão para garantir outros pontos ainda a existir porque era o finalzinho do governo Dilma, e depois a gente entra como pontos altos declarados, então a gente recebeu a certificação muito tempo depois, a gente recebe tudo isso muito tempo depois, mas o reconhecimento coletivo ele tá desde o momento que nós abrimos as nossas portas, exatamente pela natureza de criação.

9. Como se deu a sua inserção no ambiente internacional da cultura alimentar?

Tudo isso que se conquista depois de direitos no Brasil e de influências para o direito à alimentação e nutrição adequadas no mundo sobre cultura alimentar quando a cultura alimentar passa a ser pauta, na FAO, na UNESCO, na OMS, deixa eu ver mais por onde eu passei... [risos] a UNESCO, OMS, OMC é... Organização Mundial de Saúde, em todos esses lugares, a cultura alimentar ela chega com influência a partir do projeto CATA, que foi de

onde começa o conceito de cultura alimentar e é a partir desse projeto que ele vem ser colocado no espaço público. O projeto CATA ele não acabou, ele segue vivo porque isso é o que a gente faz o tempo todo. E CATA não é uma catalogação, é a gente identificar aonde que estão as nossas culturas alimentares, porque o catálogo, tu pega, dobra, coloca ali numa prateleira, e nós somos cultura viva, o que é bem diferente. Em todos os processos de atuação nacional e internacional, exceto a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e a Conferência Nacional de Cultura, e absolutamente todos os processos, nós fomos convidados pelas entidades e governos realizadores, por reconhecerem a relevância e a urgência de apresentar pro mundo os processos de inovações de dados a partir do local. Nunca houve nenhuma indicação política nem apadrinhamento político para isso. Isso acho que precisa deixar extremamente nítido para todo mundo, porque não houve, tanto é que não houve, que diversas vezes quando foram necessárias assinaturas de estado para que a gente conseguisse viajar, apoiado pelos governos, nós não conseguimos. Então eu não sei o que vocês pretendem com essas perguntas sobre como eu cheguei em algum lugar, a Tainá Marajoara não chega sozinha. Isso é uma jornada coletiva e reconhecida pelos seus impactos. Então, o nosso maior legado, que são conquistas coletivas, se transformam em direitos para todos no Brasil. Do Pará ao Rio Grande do Sul, do Ceará a Minas Gerais, do Acre a Salvador. Então, acho que isso precisa ser reconhecido por quem está fazendo esses levantamentos que não existe uma luta individualizada, não existe algo individualizado, quando tudo que se conquista, ele serve pro bem absolutamente de toda uma nação e uma contribuição direta para humanidade e para os ecossistemas do mundo, que foi isso que a gente trouxe e é isso que a gente apresenta.